

FAQs Moratória Pública - Particulares

1. Apenas posso aderir à moratória se tiver sido afetado pela crise da Covid-19?

Sim, para tal um dos mutuários terá a responsabilidade de declarar a situação na qual se encontra, conforme requisitos estabelecidos pela moratória, e comprovar que está em posição regular na Segurança Social e Autoridade Tributária, quando aplicável.

2. O pedido de adesão à moratória tem que ser feito por que titular?

O pedido de adesão deve ser assinado por, pelo menos, um dos titulares (mutuários) do empréstimo.

3. O que acontece nos casos em que os clientes já têm os empréstimos até ao prazo máximo ou à idade limite dos titulares?

Os prazos dos empréstimos são prolongados pelo mesmo período da suspensão dos pagamentos, independentemente dos limites máximos definidos nos produtos e da idade do proponente mais velho.

4. O regime de moratória previsto na lei abrange outros contratos de crédito para além do crédito à habitação própria permanente?

Conforme Decreto-Lei nº 26/2020 publicado a 16 de junho, a moratória pública aplica-se a contratos de crédito hipotecário, bem como locação financeira de imóveis destinados à habitação e a contratos de crédito aos consumidores, nos termos do Decreto-lei nº 133/2009, de 2 junho, na sua redação atual, para educação, incluindo formação académica e profissional.

5. Posso também ter moratória no pagamento dos seguros de vida e multirriscos associados ao Crédito Habitação?

Os seguros associados ao seu crédito devem ser obrigatoriamente mantidos em vigor. Caso pretenda beneficiar de uma moratória do pagamento dos respetivos prémios deverá contactar a seguradora para esse efeito.

6. A moratória de crédito implica alteração na taxa de juro ou no spread?

Não, o empréstimo manterá todas as condições de preço à data de início da moratória.

7. Se o cliente que solicitou a moratória a quiser cancelar antes do prazo acordado, pode fazê-lo?

Sim. Pode ser solicitada a passagem para a fase de reembolso durante o percurso da moratória.

8. A suspensão do pagamento das prestações dos créditos, ao abrigo do regime de moratória, poderá fazer com que seja reportada uma situação de incumprimento à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal?

Não. A suspensão do pagamento das prestações do crédito à habitação própria permanente, ao abrigo do regime de moratória, não dá origem a qualquer situação de incumprimento e não afeta a informação reportada à Central de Responsabilidades de Crédito relativamente à situação do crédito.